

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.701 - RJ
(2019/0322436-8)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE
FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADO : JOÃO CÂNDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO E OUTRO(S) -
RJ143142
AGRAVADO : WALESKA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : FAGNER VINÍCIUS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ141285

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE IMPUGNADA, AINDA QUE SUCINTAMENTE. NOVA ANÁLISE DO AGRAVO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DO REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO, EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S. A. contra a decisão proferida pela Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a ausência de impugnação ao fundamento da decisão agravada (fls. 293-294).

O aludido apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fls. 191-192):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, CONFORME DISPÕE O ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM BASE NA TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. CLÁUSULA DE INCOLUMIDADE. INOBSERVÂNCIA DO

DEVER DE ZELAR PELA SEGURANÇA DO PASSAGEIRO, DIREITO BÁSICO DO CONSUMIDOR QUALIFICADO NO CONTRATO DE TRANSPORTE PELO PRÓPRIO DIREITO CIVIL PÚBLICO PURO (ARTS. 4º, CAPUT, INC. I, “D”, E INC. II; 6º, INC. I, 8º; 10 E 14, § 1º, TODOS DO CDC; ART. 734 DO CC). PASSAGEIRA QUE SOFREU DILACERAÇÃO DO DEDO POLEGAR DIREITO. DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE CONDENOU A RÉ, AO PAGAMENTO DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS. IRRESIGNAÇÃO DA DEMANDANTE PEDINDO PELA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DO DANO ARBITRADO PELO MAGISTRADO A *QUO*. INDISCUTÍVEL A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE PÚBLICO. *QUANTUM* MAJORADO PARA R\$ 10.000,00, (DEZ MIL REAIS), QUE BEM ATENDERÁ ÀS DIRETRIZES COMPENSATÓRIA, RETRIBUTIVA E EDUCATIVA PELOS DANOS SOFRIDOS PELA AUTORA EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE, COM TERMO A *QUO* A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO, POR SE TRATAR DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, EIS QUE PASSAGEIRA. CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO RECURSO.

Os embargos de declaração postos foram desacolhidos (fls. 213-225, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 227-237, e-STJ), a recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos seguintes normativos:

- a) arts. 14, § 3º, I e II, do Código de Defesa do Consumidor;
- b) arts. 186 e 944 do Código Civil de 2002;
- c) art. 1.022 do Código de Processo civil de 2015, caso não se considere prequestionados os artigos apontados como vulnerados.

Sustentou, em suma: (i) não estar configurada a falha na prestação de serviços a ensejar a indenização pleiteada, em razão do rompimento do nexo de causalidade, porquanto o evento danoso decorreu de culpa exclusiva da recorrida; e (ii) excesso no valor arbitrado a esse título, em desatenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, motivo pelo qual necessária sua redução.

O recurso especial foi inadmitido no Tribunal de origem (e-STJ, fls. 256-259) ante a aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais.

No agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ, fls.

267-275), a agravante refutou o retrocitado óbice de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 278-281 (e-STJ).

O feito ascendeu ao Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, a Presidência desta Corte, por decisão monocrática, não conheceu do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 293-294), uma vez que a recorrente não impugnou o fundamento da decisão de inadmissibilidade, em desrespeito ao preconizado no art. 932, III, do CPC/2015, ensejando a aplicação da Súmula n. 182/STJ.

Daí o presente agravo interno (e-STJ, fls. 297-301), por meio do qual defende a insurgente a inaplicabilidade do óbice apontado para o não conhecimento do agravo em recurso especial, afirmando ter impugnado o fundamento da decisão de inadmissibilidade no agravo apresentado.

Pleiteia, ao final, a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do agravo interno ao Colegiado.

Impugnação às fls. 304-309 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No caso, observa-se que a decisão do TJRJ que negou seguimento ao recurso especial foi impugnada pela agravante, ainda que sucintamente, motivo pelo qual, com base no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tendo em vista a inaplicabilidade da Súmula 182 do STJ, a fim de proceder ao exame do agravo em recurso especial. Desse modo, passo ao exame do mérito recursal.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Preliminarmente, descabe a análise da jurisprudência citada pela recorrente, tendo em vista que o reclamo foi interposto com fundamento apenas na alínea a do permissivo constitucional.

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, reconheceu a falha na prestação de serviços prestados pela recorrente, considerou configurado o dano moral indenizável, e majorou o valor arbitrado a esse para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sob os seguintes fundamentos (fls. 196-199, e-STJ, sem grifos no original):

A narrativa dos autos versa sobre hipótese de responsabilidade objetiva, que independe da comprovação de culpa, seja por força do § 6º do artigo 37 da CF por ser a ré prestadora de serviço público de transporte; seja em razão do art. 14 do CDC, por se tratar de relação de consumo; ou, ainda, em função dos arts. 734 e 735 do Cód. Civil, por se tratar de contrato de transporte.

Deste modo, à autora competia apenas provar o dano e o nexo de causalidade, os quais foram demonstrados claramente através das provas carreadas aos autos, não havendo controvérsia quanto à qualidade de passageiro.

(...)

A parte ré tenta elidir sua responsabilidade, entretanto, o dano existe. Houve evidente violação à cláusula de incolumidade decorrente dos contratos de transporte, uma vez que ninguém espera a ocorrência de um acidente, ainda mais de tamanha proporção. Desta forma, a simples ocorrência dos fatos, por si só, já seria ensejador do dever de reparar, com base na Teoria do Risco do Empreendimento.

Assim, restou muito bem configurado o dano moral, tendo a prova produzida sob o contraditório, comprovado de forma contundente a ocorrência dos fatos, sendo assim, inviável a improcedência da ação.

A responsabilidade civil, no sistema jurídico pátrio tem como pressuposto o prejuízo da vítima, o ato culposo do agente e o nexo causal entre o dano e a conduta do agente.

No que concerne ao *quantum* indenizatório a título de dano moral, consoante a abalizada doutrina e jurisprudência dominante, para se aferir o valor mais justo à indenização devida, o julgador deve primeiro mensurar o prejuízo sofrido pela vítima do dano, se ela contribuiu de alguma forma para sua ocorrência e a gravidade da conduta do agente causador, depois averiguar a situação econômica de cada uma das partes, de modo a, respeitando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, aplicar uma penalidade que, ao mesmo tempo, seja suficiente a minorar a dor sofrida pela pessoa prejudicada (cunho reparatório da medida) e a desestimular a reincidência do ato danoso por parte do ofensor (cunho punitivo/pedagógico), sem causar, no entanto, enriquecimento ilícito.

Assim, majoro o valor do dano moral para o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por entender que este *quantum* bem atenderá às diretrizes compensatória, retributiva e educativa da reparação pelos danos sofridos pela autora em decorrência do acidente.

Dessa forma, a revisão das conclusões a que chegou o Colegiado estadual

Superior Tribunal de Justiça

reclama a incursão no contexto fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7 do STJ.

Relativamente ao *quantum* indenizatório, é certo que o entendimento deste Tribunal é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias, a título de danos morais, somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Na espécie, observa-se que a verba indenizatória fixada pelo Tribunal de origem, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atende aos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como às especificidades da causa, de modo que também incide o óbice da Súmula 7/STJ no ponto.

Diante do exposto, em juízo de reconsideração, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator